



# cultur

Revista de Cultura e Turismo

*Artigo:*

## **POLÍTICAS PÚBLICAS DE CULTURA E TURISMO - O ENTRELAÇE DAS AÇÕES NOS ÓRGÃO DE FOMENTO AO TURISMO DE PERNAMBUCO – EMPETUR E EMETUR**

*Autor:*

*Tamisa Ramos Vicente<sup>1</sup>*

---

Copy right, 2007, CULTUR. Todos os direitos, inclusive de tradução, do conteúdo publicado pertencem a CULTUR - Revista de Cultura e Turismo. Permite-se citar parte de artigos sem autorização prévia, desde que seja identificada a fonte. A reprodução total de artigos é proibida. Os artigos assinados são de responsabilidade exclusiva do(s) autor(es), que serão informados que a aprovação dos artigos implica na cessão imediata de direitos, sem ônus para a revista, que terá exclusividade de publicá-los em primeira mão. Em caso de dúvidas, consulte a redação: [revistacet@hotmail.com](mailto:revistacet@hotmail.com)

A CULTUR – Revista de Cultura e Turismo, é um periódico científico eletrônico, idealizado no Programa de Mestrado em Cultura e Turismo da Universidade Estadual de Santa Cruz. Com a missão de fomentar a produção científica e a disseminação de conhecimento multidisciplinar relacionados com Cultura, Turismo e áreas afins, objetivando a troca de informações, a reflexão e o debate, provendo assim o desenvolvimento social.

---

### **CULTUR – Revista de Cultura e Turismo**

CULTUR, ano 03 – n. 01 – jan/2009

[www.uesc.br/revistas/culturaeturismo](http://www.uesc.br/revistas/culturaeturismo)

---

<sup>1</sup> Bacharel em Turismo, Especialista MBA-Turismo: Planejamento, Gestão e Marketing e Mestranda em Turismo da UCS – RS. [tamisavicente@yahoo.com.br](mailto:tamisavicente@yahoo.com.br).

## RESUMO

Este artigo é o resultado de uma pesquisa de mestrado que tem como um dos objetivos identificar a relação entre as Políticas Públicas de Cultura e o Turismo. Realiza-se uma retrospectiva histórica da constituição das Políticas Públicas de Cultura e de Turismo no Brasil focalizando, em particular, a implantação e as ações da Empresa de Turismo de Pernambuco – EMPETUR e da Empresa Metropolitana de Turismo da Cidade do Recife - EMETUR . Toma-se como objeto de pesquisa esses dois órgãos de fomento ao turismo de Pernambuco, desde a sua implantação até o final da década de 1980, buscando ações de entrelace entre as ações de turismo e cultura. Para resgatar a história destes órgãos foram realizadas entrevistas com os funcionários, um levantamento das repercussões no meio acadêmico e pesquisa documental em edições dos jornais de Pernambuco e Diários Oficiais da União e de Pernambuco, relativos ao período de 1960 a 1986.

**PALAVRAS-CHAVE:** Turismo; Cultura; Políticas Públicas ; EMPETUR; EMETUR.

## ABSTRACT

This article is the result of a Master's degree research that had as one of its objectives to identify the relationship between cultural and tourism policies. With this objective I conducted a historical retrospect of the constitution of the cultural and tourism public policies in Brazil focusing precisely the creation and further actions of the *Empresa de Turismo Pernambuco – EMPETUR* and the *Empresa Metropolitana de Turismo da Cidade do Recife – EMETUR*. The research was restricted to a period from the late 1960's until 1986. In order to rescue the history of these events, some strategies were used: interviews with the employees, a survey concerning the effects within the academy sphere and also a documental research in Pernambuco's newspapers issues that were published during the above mentioned period.

**KEY-WORDS:** Tourism; Culture; Public Politics; EMPETUR; EMETUR

## 1. INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo entender como se formaram as políticas públicas de Cultura e Turismo, como estas se entrelaçaram ainda na década de 1960 e, de modo particular, como se apresentaram em ações em Pernambuco, mais precisamente através da EMPETUR - Empresa de Turismo de Pernambuco- e EMETUR - Empresa Metropolitana de Turismo da Cidade do Recife-, focando a ações desses órgão junto à cultura Pernambucana.

Compreende-se por Políticas Públicas de Cultura, de acordo com DURAND (2004), “ações governamentais na área das artes e do patrimônio histórico”, entendendo “o governo como promotor, fomentador, regulador e fonte de estudos e de informações a respeito do cenário cultural.” Quanto às políticas de Turismo, tratam-se de ações governamentais que visem a implantação, gestão e execução das atividades turísticas no país.

Para esta pesquisa, foram utilizados os procedimentos metodológicos de história Oral temática com os planejadores e organizadores das empresas de Turismo do Estado e ainda pesquisa documental, nos arquivos do jornal Diário de Pernambuco, Jornal do Commercio, e ainda e nos Diários Oficiais da União e de Pernambuco, no intuito de confrontar as informações recebidas nas entrevistas com a finalidade de reconstruir as ações desses dois órgãos.

## 2. POLÍTICAS PÚBLICAS DE CULTURA – 1964

Antes de 1964 existiram algumas iniciativas de políticas públicas voltadas para a cultura. Exemplos disso foram a ação de Mário de Andrade, ao pensar e criar o Departamento de Cultura no Estado de São Paulo, bem como a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) em 1937. Uma iniciativa mais sistemática e completa ocorreu após 1964, possibilitando a realização de ações voltadas à cultura entendida de modo mais amplo, concebendo o patrimônio como algo além da *pedra e cal*.

A economia brasileira, no período político dominado pelos militares, apresentou um crescimento significativo, chegando mesmo a se falar em milagre brasileiro. É nesse período que cresce a classe média no país, aumentando o mercado de consumo de bens materiais e simbólicos, enquanto crescia a concentração da população nos centros urbanos. Essas mudanças trazem novas abordagens para o estudo dos bens simbólicos. Nesse novo cenário social, diante dessa nova situação, a cultura se insere no processo de planejamento nacional (ORTIZ, 2006, p. 82).

Essa nova realidade política brasileira faz surgir algumas mudanças e ações na política cultural brasileira; dando início a um processo de planejamento das políticas governamentais e, nelas, a cultura assume lugar de destaque: “As produções culturais no Brasil, que anterior ao golpe militar eram restritas e para poucos, torna nesse momento pós-golpe, uma dimensão nacional” (ORTIZ, 2006, p. 82). O crescimento populacional, o incremento industrial e a necessidade de mão de obra qualificada, exigiam uma política de planejamento cultural que atingisse maior número de pessoas.

Devido a esse novo direcionamento, foi criado, em 1966, o Conselho Federal de Cultura, por meio do Decreto-lei 74, de 21 de novembro. O enfoque principal desse período foi definido como sendo a *defesa da cultura*. A função primária do Sistema Nacional de Cultura e do Conselho Federal de Cultura seria conservar o acervo cultural já constituído e manter viva a memória nacional, assegurando a perenidade da cultura brasileira. Essa é a razão de, no início de suas funções, o CFC se concentrar em normatizar os auxílios financeiros destinados às instituições que se incumbiriam da conservação e guarda do patrimônio nacional (ORTIZ, 2006, p. 97). E Ortiz enfatiza: “Não é por acaso que os institutos Históricos e Geográficos cultivam a memória dos grandes nomes da história nacional, e que os folcloristas se voltam para o estudo das tradições populares” (ORTIZ, 2006, p. 96). Eles trabalhavam para manter certas tradições, certos eventos que estavam intimamente ligados ao tipo de sociedade que se desejava preservar.

Essa visão do Conselho Federal de Cultura vem dos intelectuais, chamados tradicionalistas, que o constituíam e que estavam disponíveis para pensar esse processo diante do golpe militar. Essa volta ao tradicionalismo dá ao governo militar a permissão de “estabelecer ligação entre o passado e o presente [...], colocando o movimento de 64 como continuidade e não uma ruptura” (ORTIZ, 2006, p. 91), valorizando as tradições

da chamada cultura popular, pois o Popular é a essência da tradição e da identidade brasileira. (ORTIZ, 1994, p.105).

Uma das primeiras iniciativas do Conselho Federal de Cultura (CFC) foi o incentivo à criação de conselhos estaduais de cultura, e esse estímulo era caracterizado por projetos de parceria, que só poderiam ser firmados com os órgãos de cultura locais. Esse intento promoveu o aumento significativo de órgãos de cultura locais, passando de dois conselhos estaduais para 22 estados com conselhos de cultura constituídos. Após essa primeira iniciativa, o CFC começou a contribuir para a criação de instituições culturais locais; daí surge os projetos de criação de Casas de Cultura, que teria como finalidade ser um catalisador de informações culturais locais (CALABRE, 2006).

Sobre as Casas de Cultura, Ortiz (2006, p. 87) relata que estavam, na maioria dos casos, associados às grandes empresas turísticas, que tinham como finalidade explorar as atividades folclóricas e os produtos artesanais. Nesse momento podemos observar o início do entrelace das políticas culturais com a política de turismo.

Entretanto, mais ações desse conselho, criado em 1966, na prática, somente são vistas na década de 70, pois fica evidenciada, após o golpe Militar, que a política de esquerda do Brasil tinha relativa hegemonia na área cultural. O Regime Militar passou, nos últimos anos da década de 60, a reprimir as ações culturais que vinham ocorrendo desde o período anterior. Foram promulgadas, logo após o golpe, leis e portarias que instituíram controle de várias áreas sociais e extinguiram diversas ações culturais consideradas subversivas (ORTIZ, 1994, p. 90).

A respeito das intenções governamentais sobre a cultura Gabriel Cohn aponta que: “A busca de uma política nacional de cultura realmente existe nessa fase crucial dos anos 70, e seu objetivo era bem definido: a codificação do controle sobre o processo cultural” (1984, p. 88).

Calabre argumenta ainda que:

Segundo a percepção do CFC, a cultura era uma área estratégica para as políticas de governo, principalmente tendo em vista ser esta um dos elementos garantidores da segurança nacional. As propostas do órgão estão voltadas para uma definição de cultura nos padrões eruditos, sem descartar as contribuições mais diversas para a formação do caráter do “ser brasileiro”. (2006, p. 11)

Uma das primeiras ações aconteceu em 1970, com a criação do Departamento de Assuntos Culturais (DAC). Estavam subordinados a ele o Museu Histórico Nacional, o Instituto do Livro, a EMBRAFILME, o Serviço Nacional do Teatro e o IPHAN (ainda nos moldes do antigo Sphan). O Departamento de Assuntos Culturais promoveu o primeiro Programa de Ação Popular (PAC), em 1973, com o objetivo de preservar o Patrimônio Histórico e Artístico; incentivar a criatividade e a difusão das atividades artístico-culturais e capacitar recursos humanos, para: “não apenas uma abertura de crédito, financeiro e político, a algumas áreas da produção cultural até então desassistidas pelos demais órgãos oficiais, mas uma tentativa de *degelo* em relação aos meios artísticos e intelectuais” (MICELI, 1984, p. 55).

Também em 1973 foi criado o Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste (PCH), com orçamento proveniente do Fundo de Desenvolvimento de Projetos Integrados. Em Pernambuco foi criada a Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (FUNDARPE), com a finalidade de incentivar a cultura e proteger os monumentos históricos e artísticos do estado.

Finalmente, em 1975, é publicada a Política Nacional de Cultura, com a proposta de promover “a preservação do patrimônio, o incentivo à criatividade e a difusão das criações e manifestações culturais” (COHN, 1984, p. 91). Essa política tinha como princípios dez medidas básicas, direcionadas à criação de serviços nacionais de música, artes plásticas e folclore; à criação de um fundo nacional de desenvolvimento da cultura; à criação de Casas de Cultura em centros de influência regional; à colaboração de universidades e ao financiamento de projetos de natureza cultural (COHN, 1984, p. 91).

Também nessa mesma época acontece a criação do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), por iniciativa de Aluísio Magalhães. Não foi uma ação do Ministério de Educação e Cultura como vinha sendo até então, mas uma iniciativa externa, inicialmente apoiada pelo Ministério de Indústria e Comércio, não como instituição, mas como atividade de apoio. Foi firmado um convênio entre o Ministério de Indústria e Comércio e a Secretaria de Planejamento da Presidência da República, além dos Ministérios de Educação e Cultura, do Interior, das Relações Exteriores, da Caixa Econômica Federal, da Fundação Universidade de Brasília e da Fundação Cultural do Distrito Federal; a equipe do CNRC era formada, dentre outros profissionais, por *designers*, físicos, antropólogos, sociólogos (FALCÃO, 1984, p. 31).

Também em 1975 é criada a Funarte, com a finalidade de promover, estimular e desenvolver atividades culturais em todo o Brasil. Com três linhas de atuação, duas delas destinadas a atender os artistas plásticos e os músicos eruditos, dando início à criação de um órgão público que representasse essa categoria, e a terceira linha de atuação receberia a responsabilidade de promover as atividades que vinham sendo organizadas em torno da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro desde 1958.

Em 1976 foi realizado o Primeiro Encontro de Secretários Estaduais de Cultura e, em 1978, a Diretoria de Assuntos Culturais (DAC) foi transformada em Secretaria de Assuntos Culturais. A nova secretaria era composta pelas subsecretarias de Desenvolvimento Cultural, de Estudos, Pesquisa e Referência Cultural e de Planejamento, incorporando funções e o acervo do DAC (MICELI, 1984, p. 60).

Diante dessa nova dinâmica cultural também ocorre uma diferenciação nos estudos sobre cultura popular e sobre o incentivo à publicação; por exemplo, a Funarte, lança uma série de livros sobre o folclore brasileiro, tendo Renato Almeida como editor; lança, a partir de 1977, a coleção *Folclore Brasileiro*, com oito livros que abordam o folclore nos estados de: Alagoas, Maranhão, Rio Grande do Norte, Piauí, Goiás, Ceará, Espírito Santo e Pernambuco.

A Secretaria de Assuntos Culturais (SAC) define sua área de influência a partir de dois aspectos: institucional e comunitário. O primeiro volta-se à promoção de eventos, o que já vinha sendo feito, com apoio a produções artísticas e incentivo a produções culturais; o segundo, volta-se às populações de baixa renda, com o intuito de garantir mercado para as produções populares. Sobre esse tipo de intervenção, Ortiz conclui que “a ação comunitária revela assim um primeiro sentido: trata-se de se transformar em bens rentáveis a produção popular” (ORTIZ, 2006, p.119).

Em 1979 ocorre a transferência do Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste (PHC), para o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), também nesse ano são criadas a Fundação Pró-Memória, devido ao novo direcionamento do IPHAN, para “estudar, registrar e impulsionar as atividades culturais vivas” (MAGALHÃES, 1985), e a Secretaria de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

### 3. POLÍTICAS PÚBLICAS DO TURISMO - PÓS 1964

No período anterior ao Golpe de 1964 ocorreram algumas tentativas de criação de políticas públicas de turismo, como a Comissão Brasileira de Turismo (COMBRATUR), criada em 1958, com o objetivo de coordenar, supervisionar e estudar a movimentação de turistas no país, proporcionando assim as primeiras diretrizes nacionais para o turismo. no entanto, não foi bem-sucedida sendo extinta em 1961 (SOLHA, 2002, p.138).

Percebe-se, ainda, que políticas públicas implantadas no período pós-64 estavam ligadas à política maior de desenvolvimento econômico, o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG). Daí a criação do Projeto de Lei de 1966 que instaura o Conselho Nacional de Turismo (CONTUR) e a Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR), alinhada ao PAEG. Já enfatizamos que, no mesmo ano, ocorreu a criação do Conselho Federal de Cultura. O turismo, então, passou a ser visto como um agente capaz de contribuir para a diminuição dos desníveis econômicos regionais. Essas iniciativas ocorreram no mesmo contexto das articulações da área da cultura, com a implantação do CFC e o CNC.

A CONTUR teria a função de formular e coordenar a Política Nacional de Turismo, competindo a ela, também a elaboração de diretrizes básicas a serem obedecidas pelo Plano Nacional de Turismo (PNT), baixar resoluções, atos ou instruções regulamentares, estabelecer procedimentos a serem adotados para a concessão de estímulos fiscais e financeiros.

A EMBRATUR, também criada em novembro de 1966, como Empresa Brasileira de Turismo, estava estabelecida no Ministério da Indústria e do Comércio. Sua criação foi justificada pela contribuição que o turismo daria à economia nacional, trazendo novas fontes de divisas e empregos, e pela necessidade de haver um órgão que pudesse tratar da ampliação do parque hoteleiro e fiscalizar as agências de viagens.

Em 1967, o decreto-lei 60.224 é regulamentado, cabendo a EMBRATUR “estudar e propor atos normativos necessários à promoção da Política Nacional de Turismo e, assim, aqueles que digam respeito ao seu funcionamento”.

Desse período, nas palavras de Rezende:

Pode-se afirmar, portanto, que o apoio do governo brasileiro ao turismo deu-se predominantemente, de duas formas: pela concessão de vantagens financeiras para a expansão dos investimentos voltados para a melhoria das condições de hospedagens e pela execução de um grande programa de melhoria dos aeroportos. (1991, p.77)

Além de financiar a hotelaria nacional, foi feito um grande projeto de regulamentação dos hotéis do país, e as áreas onde deveriam se instalar prioritariamente, dentre estes locais a Capital Federal e as capitais dos estados com potencial ambiental e cultural próximas a aeroportos (CRUZ, 2002, p. 54).

A EMBRATUR também foi responsável por incentivar a criação de conselhos e empresas de turismo nos estados brasileiros, momento em que surgem empresas de turismo estaduais, como a EMPETUR (1967) e a BAHIATURSA (1968), entre outras, tendo, como um dos seus objetivos, o de coletar e organizar um registro sistemático da entrada de turistas no país e nos estados.

E é nesse momento paradoxal que algumas ações, realizadas durante o período, fizeram com que a cultura e o turismo tivessem políticas entrelaçadas. O enlace entre as diretrizes do CFC e a CONTUR pode ser observado primeiramente no período em que são criados os Conselhos Nacionais de Cultura e de Turismo. Em ambos os casos, possuíam iniciativas voltadas a ações junto à cultura popular, como iremos exemplificar mais adiante, no caso da EMPETUR em Pernambuco.

O Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste, criado em 1973, recomendava que fossem disponibilizados recursos para o turismo (MICELI, 1984, p. 77), proporcionando a entrada dos órgãos do setor nas discussões sobre as reutilizações do patrimônio nacional. Neste contexto Aluísio Magalhães afirma:

Um dos objetivos será o de transformar os bens da união em bens rentáveis, logicamente quando for possível e não oferecendo riscos ao imóvel (...) levantaremos os imóveis que poderão ser transformados em albergues turísticos e entregues, por contrato, às companhias hoteleiras para a exploração comercial e que deverão ser conservados (Apud ORTIZ, 2006, p. 118).

Os projetos de criação de Casas da Cultura, vindos da Política Nacional de Cultura, foram na sua maioria subsidiados e administrados pelos órgãos de turismo oficiais de cada região.

Sobre esse período, Ortiz relata que: “A política do turismo tem um impacto importante no processo de mercantilização da cultura popular, [...] sobretudo no nordeste [...]; procura explorar as atividades folclóricas e os produtos artesanais” (2006, p. 87).

A proposta da Secretaria de Assuntos Culturais (SAC), voltada à população de baixa renda, no intuito de proporcionar mercados para as produções artísticas populares, faz com que o mercado turístico tenha papel fundamental nesse contexto, propiciando ações voltadas a garantir tal mercado. O turismo entra nessa conjuntura cultural como receptáculo econômico para as manifestações da cultura brasileira: “Procura-se dessa forma integrar uma política de cultura a uma política de turismo, e em parte resolver o descompasso entre os investimentos do capital e o consumo lucrativo de bens culturais” (ORTIZ, 2006, p.118). E essas ações podem ser vistas de forma clara na Empresa de Turismo de Pernambuco e suas ações.

#### **4. EMPRESA DE TURISMO DE PERNAMBUCO (EMPETUR)**

Em Pernambuco, acompanhando as diretrizes estabelecidas pelo Governo Federal, é criada a Empresa de Turismo de Pernambuco (EMPETUR), no dia 3 de novembro de 1967, ligada à Secretária de Indústria e Comércio e com a finalidade de executar uma política estadual de turismo, regida pela Política Nacional de Turismo.

Dentro do seu vasto programa de ações, a EMPETUR destaca-se por sua ação nas artes populares. É seu intuito “valorizar a Cultura Popular, sob seus múltiplos aspectos de folclore, artesanato, arte popular e gastronomia” (MAURICIO, 1978, p.19), tendo, como finalidade básica, fazer o turista assistir as manifestações folclóricas, fazer o turista conhecer os objetos de artesanato folclórico (MAURICIO, 1978, p.19).

Percebendo que a EMPETUR foi inaugurada em 1967 e a Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (FUNDARPE) foi criada somente em 1973, nesses primeiros momentos apenas a EMPETUR trabalhava com a cultura no estado, por isso percebe-se o forte enlace da EMPETUR com as ações de cultura.

E sobre o porquê de a EMPETUR trabalhar com ênfase com a cultura pernambucana, João Batista, hoje aposentado do departamento de marketing da EMPETUR, em entrevista concedida para esta pesquisa diz:

Nós tivemos duas pessoas que a gente pode dizer que formou a espinha dorsal da EMPETUR, um foi Olímpio Bonald, né, Poeta, intelectual, Olindense, não é, pessoa profundamente ligada aos movimentos culturais sempre efervescente de Olinda, e o outro Francisco Bandeira de Melo, [...] é dentro de qualquer trabalho voltado para o Turismo de Pernambuco, ele tem que ser referência não é, primeiro porque ele é um intelectual com uma larga experiência no exterior, ele morou muito tempo em Genebra, e segundo ele é um poeta, assim como Olímpio, de uma sensibilidade, [...] voltada para arte não é, que de certa forma fez com que a EMPETUR, no seu primórdio, no seu princípio, ele envereda-se pela potencialidade turística do Estado, elegendo a sua cultura como produto a ser vendido. Referência Citar a dissertação

Nos primeiros quatro anos foi realizado o primeiro inventário turístico do estado, visando encontrar suas potencialidades, tanto em termos de recursos naturais quanto culturais, em todo o território, do *mar ao sertão*. Sobre esse período Bonald Neto (1982) diz:

Praticamente todas as cidades do Litoral, do Agreste e do Sertão foram visitadas, muitas, mais de uma vez. Autoridades e líderes comunitários contatados; e prefeitos, vigários, professoras, escrivãos, jornalistas matutos, artesãos, Poetas populares, cantores, pais e mães de Santos, curandeiros e benzedeiros, ex-cangaceiros e antigos combatentes das Volantes, vaqueiros dos campos abertos e mestres pescadores foram escutados, anotados, gravados e fotografados. Fazia-se o retrato “corpo inteiro” das raízes, da intimidade, dos alicerces da memória e da tradição vivas de Pernambuco.

E, sobre como funcionava esse inventário na prática, Batista, em entrevista concedida para esta pesquisa (2007), diz:

Eu tinha um roteiro, e nesse roteiro eu colocava o nome da instituição, ou da figura, da atração, aí colocava quantos componentes, colocava a época de apresentação, o custo da produção daquilo, quer dizer nós tínhamos um, roteiro [...] e eu trazia alguma coisa daquele contato, não é?, Eu era a pomba da arca de Noé que ia sin bora mas voltava com o garimpo de alguma coisa para mostrar que tinha ido em terra firme de algum canto, então nós trouxemos estandartes, nós trouxemos indumentária, nós trouxemos uma série de coisas.

Muitos desses materiais coletados foram utilizados para a criação do acervo do Museu de Imagem e Som de Pernambuco (MISPE), em 1970. Após esse momento inicial, várias ações da EMPETUR foram realizadas em âmbito estadual, dentre elas o Campeonato das Cidades, realizado pela emissora de TV Jornal do Comercio, que consistia em disputa entre os municípios objetivando trazer informações sobre os valores, a história, as curiosidades, o artesanato, os músicos, as danças, os poetas, a culinária, isto é, tudo que fosse característico e diferencial de cada cidade.

Também foram incentivadas a criação e a encenação de peças teatrais, exposição de novos pintores nas dependências da EMPETUR, bem como o incentivo à primeira apresentação da Paixão de Cristo de Nova Jerusalém, no Brejo da Madre de Deus, na região agreste do estado. A encenação, nessa época, durava três dias e, em cada dia, era realizado um ato da peça.

Nessa fase inicial, foram realizados cursos de gastronomia pernambucana, cultura popular, artesanato e danças. Esses cursos contaram com a participação de pesquisadores da época, e entre eles estavam Gilberto Freyre, Mario Souto Maior, Padre Jaime Diniz. Desses cursos saíram novas ações da Empresa de Turismo de Pernambuco. Essas ações se concretizaram em concursos nas mais diversas áreas da cultura pernambucana: culinária com bolos e doces do estado, bebidas com os licores, dança com os concursos de quadrilha, ciranda, música com sanfoneiros e violeiros, dentre outras ações.

Lado a lado com as ações da EMPETUR estava a Empresa Metropolitana de Turismo (EMETUR), criada em 1970 e mantida pela prefeitura do Recife. A EMETUR realizava festivais de músicas, publicava cartilhas sobre as danças e músicas populares, cartilhas de folclore. Data desse período a inauguração do primeiro centro turístico do estado, sediado no Pátio de São Pedro, no centro da cidade do Recife, aproveitando as características barrocas do pátio, que se forma diante da Co-catedral de São Pedro dos Clérigos, construída na passagem do século XVIII para o XIX. Todas as noites aconteciam shows de artistas populares além do funcionamento permanente do escritório dedicado a fornecer informações turísticas. Sobre o Pátio de São Pedro, João Batista, em entrevista concedida a esta pesquisa diz: “Funcionava como um *Point* da cultura de vanguarda, [...] você tava ali com as pessoas que faziam a cultura do estado acontecer”.

Diante de tantas ações realizadas pela EMPETUR no âmbito da cultura popular, a Comissão Pernambucana de Folclore se manifestou contrária à atuação das empresas de turismo EMPETUR e EMETUR. A Comissão entendia que estavam ocorrendo descaracterizações dos eventos e das manifestações populares. Os membros da comissão deflagram, então, uma Campanha Pernambucana Contra o Turismo, em 1978.

O folclorista Evandro Rabelo atuou como líder, e tinha como objetivo principal “acabar com o Turismo Oficial e com as entidades tipo a Empresa Metropolitana de Turismo EMETUR e a Empresa Pernambucana de Turismo (EMPETUR) e similares pernambucanas” (Diário de Pernambuco, Recife, 1978).

Os diretores da EMPETUR, representados por Olímpio Bonald Neto, em resposta à ação da Comissão Pernambucana de Folclore afirmaram:

Muitos vêm somente aos aspectos negativos do turismo e atribuem a eles todas as descaracterizações culturais e poluição ambientais ocorridas em áreas que passavam a ser receptor de visitante, sem, ao menos, admitir a ação de outros fatores negativos (fora do controle do setor turístico) que interferem. (1982, p. 15)

Entretanto na década de 80, a EMPETUR começa a diminuir as suas ações diretas na cultura popular pernambucana. E esta, segundo João Batista, em entrevista concedida para esta pesquisa, ocorreu na transição da presidência da entidade de Ricardo Rocha Pinto para Elder Lins Teixeira em 1982. A EMPETUR conhece pela primeira vez um gestor profissional no seu quadro de presidência, trazendo consigo técnicos com vieses administrativos.

Sobre o período da presidência de Elder Lins Teixeira, João Batista, em entrevista concedida para esta pesquisa diz:

Ele mudou a visão política e ações estratégicas da EMPETUR [...] e ele transferiu a política cultural para a FUNDARPE e coube a EMPETUR a política exclusiva de captar mercado, feira, congresso, essas coisas, era de interesse da EMPETUR [...] e de certa forma a pesquisa a produção de eventos, a divulgação de nossos aspectos culturais mais de raízes não mereceu mais nenhum realce.

Daí por diante, a EMPETUR deixa de trabalhar diretamente com a cultura popular de Pernambuco, sendo algumas vezes meramente repassadora de verbas para a produção de eventos que não necessariamente têm a ver com as brincadeiras populares, mas isso não quer dizer que esta, na elaboração do marketing turístico, não utilize a cultura pernambucana como diferencial.

## **5. EMPRESA METROPOLITANA DE TURISMO DA CIDADE DO RECIFE (EMETUR)**

A organização das ações voltadas ao turismo do Município do Recife até maio de 1968 estava vinculada à Secretaria de Educação e Cultura, sendo a responsabilidade do Departamento de Recreação e Turismo. Teria como sua principal atribuição promover ações ao fomento das festividades tradicionais além de outras atividades artísticas, educativas, culturais, recreativas, turísticas, e certames.

Em junho de 1968, com a Lei Nº. 9927, são criados o Conselho Municipal de Turismo e a Empresa Metropolitana de Turismo da Cidade do Recife. Segundo o Decreto, o Sistema de Turismo Municipal possuía os seguintes objetivos descritos no Diário Oficial de Pernambuco:

- os municípios que compõem a Área Metropolitana do Grande Recife, todos os órgãos que integram o complexo do turismo, visando acelerar o desenvolvimento turístico, aumentando o fluxo interno e externo;
- b) fornecer informações precisas sobre as condições turísticas do Município do Recife;
- c) diligenciar para que os serviços turísticos se revistam de qualidade e bom atendimento;
- d) propiciar a formação profissional adequada de pessoal ligado às atividades turísticas, inclusive entrando em convênios com organizações de ensino de nível técnico e universitário. (PERNAMBUCO, 1968)

Como parte integrante do Sistema de Turismo Municipal, ao Conselho de Turismo – CMTUR, segundo o Diário Oficial do Estado, competia: formular, coordenar, organizar, fomentar, promover e fiscalizar as atividades Turísticas dirigidas ao Município de Recife, e demais municípios da Região metropolitana que estivesse vinculado a ele, cuja maior ênfase seria fiscalizar e monitorar as ações da Empresa Metropolitana de Turismo.

Completando o Sistema de Turismo Municipal, a Empresa Metropolitana de Turismo – EMETUR vinculava-se, também, à Secretaria de Educação e Cultura, tendo sua natureza de empresa pública, de patrimônio próprio e possuía autonomia administrativa e financeira, com o fim de executar a política municipal de turismo.

No ano de sua fundação (1968), as atividades da EMETUR se concretizaram na estruturação do seu campo físico e de pessoal, transferindo os funcionários que constituíam o departamento de Recreação e Turismo para a empresa. As ações de estruturação do turismo municipal começariam, realmente, no ano de 1969, com a organização de um local que foi denominado Centro Permanente de Turismo do Recife.

O local escolhido foi o Pátio de São Pedro, formado por casario do século XVII, em torno da Igreja de São Pedro dos Clérigos, objetivando sua requalificação social de uso. A magnitude e o ineditismo da estruturação acarretaram uma grande repercussão na sociedade recifense, tanto da população em geral quanto dos comerciantes alojados no local.

Com decreto promulgado pelo Prefeito, os comerciantes foram despejados, em nome dessa requalificação, ficando a Empresa Metropolitana de Turismo responsável pela escolha das atividades comerciais que seriam realizadas no local e quem seriam seus administradores, e pelas demais atividades organizadas no Pátio de São Pedro.

Houve uma série de debates produzidos pelos jornais da época, onde tanto cidadãos comuns quanto figuras socialmente exponenciais como Gilberto Freyre, expressou suas opiniões. Das 20 casas que formam o Pátio de São Pedro, 16 foram utilizadas com o apelo turístico. Na sua inauguração, o Centro de Turismo, era constituído por cinema, bares, restaurantes de comidas regionais, ateliê fotográfico (Lambe-lambe), Biblioteca, galerias de exposições de arte, de venda de artesanato e local para apresentação de shows e peças teatrais.

O Centro Permanente de Turismo foi inaugurado oficialmente em outubro de 1970. Todas as noites aconteciam shows de artistas populares além do funcionamento permanente do escritório dedicado a fornecer informações turísticas. Sobre o Pátio de São Pedro, João Batista, em entrevista concedida a esta pesquisa, diz: “Funcionava como um *Point* da cultura de vanguarda, [...] você tava ali com as pessoas que faziam a cultura do estado acontecer.” (2007).

No final de 1969, a EMETUR publica o primeiro calendário turístico do Recife, contendo a maioria dos eventos a serem realizados pela Empresa no corrente ano, enfatizando as festas “de espírito popular pernambucano, nossas tradições e eventos serão merecedores de registro” (Jornal do Commercio, 2.08.1969).

A EMETUR realizou uma série de concursos, como de quadrilha no período Junino, de Pastoril, no ciclo natalino; de fantasias, no carnaval; de ciranda, de fotografia, dentre outros. Nos cartazes promocionais lançados no ano de 1970 aparecem temas da cultura popular, como violeiros, bumba-meu-boi, repentistas. Quanto à execução do carnaval do Recife, a EMETUR atua, a princípio, apenas como colaboradora, pois existia uma comissão especial para a organização do período carnavalesco no Recife, o COC – Comissão Organizadora do Carnaval. Segundo seu estatuto, a EMETUR iria colaborar na realização do evento. Entretanto, aos poucos, a EMETUR vai assumindo as funções do COC, e passa a organizar o carnaval como um todo a partir da metade da década de 1970.

Com o engatinhar das políticas Públicas do Turismo no Brasil, os órgãos de fomento ao turismo procuram engajar-se uns com os outros, e é isso que acontece no Nordeste. Os órgãos de Turismo no Nordeste juntam-se para realizar o evento chamado Festival do Mar, sugestão nascida em reunião no II Congresso Nacional de Turismo, realizado na cidade de Natal capital do Rio Grande do Norte.

O evento tinha como principal função “incrementar o turismo em toda faixa litorânea do Nordeste numa época em que o fluxo cai violentamente: o mês de outubro [...] o festival teve início em primeiro de outubro em Salvador, seguindo para Aracaju, Maceió, João Pessoa, Natal e finalizando em Recife e Olinda” (Diário de Pernambuco, Recife, 1971). O Festival do Mar foi organizado pela Comissão de Turismo Integrado do Nordeste – CTI/NE. Em Pernambuco, a EMETUR e a EMPETUR trabalharam em conjunto para a realização do Festival; a EMETUR organizou o certame em Recife e Olinda e a EMPETUR no interior do Estado, Ilha de Itamaracá, Cabo de Santo Agostinho, Jaboatão dos Guararapes e Igarassu.

## **6. REPERCUSSÃO NA SOCIEDADE DESSAS AÇÕES: A PARTIR DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO E DOS INTELECTUAIS DA ÉPOCA.**

Durante toda a década de 1970, a EMETUR e a EMPETUR realizaram projetos de fomento do turismo em Pernambuco, utilizando o Slogan do Turismo da época, a *indústria sem chaminé*. Promoviam ações de estruturação do turismo, e a cultura popular pernambucana se moldava como diferencial turístico e, dessa forma, muitos trabalhos foram realizados junto à cultura do Estado.

Diante de tantas ações realizadas pela EMPETUR e a EMETUR, em direção à cultura popular, houve reações de intelectuais da época, como o romancista e teatrólogo Hermilo Borba Filho, que afirma: “Essas promoções do Governo que utilizam o folclore para fomentar o turismo são péssimas. E o Turismo é uma desgraça para o folclore” (apud MAURICIO, 1978, P. 34).

Em consonância a isso, a Comissão Pernambucana de Folclore, em agosto de 1978, no dia do Folclore, lançou um manifesto contrário à atuação das empresas de turismo, em especial à EMPETUR e EMETUR. Inicia seu protesto com a seguinte pergunta: “O turismo é realmente importante ou é apenas o responsável pela decadência e morte do folclore e da cultura popular legítima” (Diário de Pernambuco, Recife, 1978).

A Comissão Pernambucana de Folclore entendia que estavam ocorrendo descaracterizações dos eventos e das manifestações populares. Os membros da comissão deflagram, então, uma Campanha Pernambucana Contra o Turismo, em 1978, tendo como principal slogan “O turismo é o câncer da Cultura Popular” (Diário de Pernambuco, Recife, 1978). E diz que: “O turismo é como a Coca-Cola, vicia, prejudica, mas ninguém abandona o hábito” (Diário de Pernambuco, Recife, 1978).

O folclorista Evandro Rabelo atuou como líder do movimento, que possuía como objetivo principal “acabar com o Turismo Oficial e com as entidades tipo a Empresa Metropolitana de Turismo EMETUR e a Empresa Pernambucana de Turismo (EMPETUR) e similares pernambucanas”(Diário de Pernambuco, Recife, 1978). E ainda acrescenta:

“Ninguém vê o que está por trás do turismo, o que acompanha as milhares de pessoas de maquininhas a tiracolo, se deslocam de um lugar para o outro (...) porém vem com descaracterização e conseqüente morte da cultura popular, que acaba sendo condicionada em espetáculo de vitrine”. (Diário de Pernambuco, Recife, 1978)

O manifesto enfatiza, também, a organização do carnaval em Recife, que estaria, supostamente, desvalorizando as agremiações de frevo e incentivando com mais ênfase as escolas de samba, criticando ainda o direcionamento do carnaval para as grandes avenidas nos moldes das apresentações das escolas de samba do Rio de Janeiro, e esquecendo as pequenas ruas tradicionais de saídas de blocos.

Rabello enfatiza: “torna patente o processo de descaracterização que atinge o folclore pernambucano” e, ainda, a “demonstração viva do desprestígio do frevo em Pernambuco” (Diário de Pernambuco, Recife, 1978). Rabello finaliza seu manifesto classificando o turismo como: “uma preparação para enganar os tolos” (Diário de Pernambuco, Recife, 1978).

Os diretores da EMPETUR, representados por Olímpio Bonald Neto, em resposta à ação da Comissão Pernambucana de Folclore diz:

Muitos vêm somente aos aspectos negativos do turismo e atribuem a eles todas as descaracterizações culturais e poluição ambientais ocorridas em áreas que passavam a ser receptor de visitante, sem, ao menos, admitir a ação de outros fatores negativos (fora do controle do setor turístico) que interferem. (1982, p. 15)

Em 1979, a EMETUR se torna Fundação de Cultura da Cidade do Recife, que “tem por objetivos principais e permanentes: exercer, desenvolver e incentivar a política cultural do município; fortalecer o sentimento de cidadania; preservar o patrimônio cultural municipal e nacional, no âmbito da Cidade do Recife.” (PERNAMBUCO, 1979).

O fomento ao turismo na Cidade do Recife ficou reduzido a um departamento para a promoção de eventos na cidade, o que ocasionou a diminuição de suas ações em torno do turismo; os festivais vão diminuindo gradualmente até a parada total no final da década de 1980. Somente em 1989, a atividade turística passa a fazer parte de uma Secretaria: a Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo.

Na década de 1980, também a EMPETUR começa a diminuir as suas ações diretas na cultura popular pernambucana. E esta, segundo João Batista, em entrevista concedida para esta pesquisa, ocorreu na transição do presidente da EMPETUR, de Ricardo Rocha Pinto, para Elder Lins Teixeira, em 1982. A EMPETUR conhece pela primeira vez um administrador no seu quadro de presidência, trazendo consigo técnicos com vieses administrativos. Sobre o período de Elder Lins Teixeira, João Batista, em entrevista concedida para esta pesquisa, diz:

Ele mudou a visão política e ações estratégicas da EMPETUR [...] e ele transferiu a política cultural para a FUNDARPE e coube a EMPETUR a política exclusiva de captar mercado, feira, congresso, essas coisas eram de interesse da EMPETUR [...] e, de certa forma a pesquisa, a produção de eventos, a divulgação de nossos aspectos culturais mais de raízes não mereceu mais nenhum realce.(BATISTA, J, 2007)

Daí por diante, a EMPETUR deixa de trabalhar diretamente com a cultura popular de Pernambuco, sendo, algumas vezes, meramente repassadora de verbas para a produção de eventos.

## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo que teve como objetivo reconstruir o entrelace das políticas públicas de Cultura e Turismo e suas repercussões em Pernambuco. Para concretizar este objetivo, o estudo partiu da formação das políticas públicas de cultura, as quais estavam interessadas pelo desenvolvimento econômico das ações culturais, buscando garantir mercado para as produções populares e transformá-los em bens rentáveis, e, ainda, a difusão das manifestações culturais brasileiras.

Diante dos objetivos das Políticas Públicas de Cultura, a atividade turística se apresentava como uma das alternativas para o êxito dos intentos. Já que o turismo era, e ainda é, considerado pela política pública brasileira como fator de desenvolvimento econômico, nada mais lógico do que o entrelace dessas políticas, com o objetivo claro de resolver o descompasso entre os investimentos com o consumo dos bens culturais.

Com o objetivo de promover análises pontuais sobre esse entrelace das políticas públicas de turismo e cultura, foram analisados dois órgão de fomento ao turismo no Estado de Pernambuco: um, criado pelo Governo Estadual, a EMPETUR, em 1967, e o outro, criado pelo governo da capital pernambucana, Recife, em 1968, a Empresa Metropolitana de Turismo da Cidade do Recife – EMETUR. Esses dois órgão executaram políticas voltados à cultura pernambucana.

Tanto a EMPETUR quanto a EMETUR utilizaram o discurso de valorização, difusão da cultura popular pernambucana e diferencial turístico; desenvolveram diversas ações de promoção às artes populares do Estado, e foram responsáveis até a metade da década de 1970, também pelas políticas de Cultura Estaduais. Integraram o quadro funcional desses órgãos intelectuais e estudiosos das artes culturais, sendo mais um indício dessa integração política.

Muito ainda precisa ser pesquisado sobre a repercussão do turismo junto à cultura, até mesmo se as ações mudam em relação a que manifestações culturais, serão promovidas pelo turismo, se são observadas suas singularidades e como cada uma delas reage a essas atividades.

Diversas abordagens podem ser utilizadas, no intuito de superar as análises meramente especulativas dos estudos do turismo relativamente à sua influência na cultura de uma localidade.

## REFERÊNCIAS

- BATISTA, J. **Batista J.** Depoimento [15 de janeiro]. Entrevistadora Tamisa Ramos Vicente. Recife, 2007. 3 cassetes sonoros. Entrevista concedida ao projeto de pós-graduação em turismo. Caxias do Sul - RS.
- BELO, H. **Belo H.** Depoimento [08 de março]. Entrevistadora Tamisa Ramos Vicente. Recife, 2007. 2 cassetes sonoros. Entrevista concedida ao projeto de pós graduação em turismo. Caxias do Sul – RS.
- BONALD, Neto, O. **Turismo, folclore e artesanato: 15 anos de ação da EMPETUR.** Recife: EMPETUR, 1982.
- BRASIL. **Decreto-lei 55**, 18 nov. 1966. Define a Política Nacional de Turismo, cria o Conselho Nacional de Turismo e a Empresa Brasileira de Turismo.
- BRASIL. **Decreto-lei 60.224/67**, art. 3º, de 16 fev. 1967, regulamenta o decreto-lei 55, de 18 de novembro de 1966
- BRASIL. **Decreto-lei 74º** de 21 nov. 1966. Cria o Conselho Federal de Cultura.
- CALABRE, L. Intelectuais e política cultural: o Conselho Federal de Cultura. **Intellèctus.** Rio de Janeiro, Ano 5, v.2. 2006
- COHN, G. A concepção oficial da política cultural oficial nos anos 70. In: MICELI, S. (Org). Estado e Cultura no Brasil. São Paulo: Difel, 1984.
- CRUZ, R. C. **Política de turismo e território.** 3. ed. São Paulo: Contexto, 2002.
- DINIZ, J. **Ciranda:** Roda de adultos no Folclore pernambucano. Recife: Deca, 1960.
- D'ARCE, V. **D'Arce, V.** depoimento [07 de março]. Entrevistadora Tamisa Ramos Vicente. Jaboatão dos Guararapes, 2007. 2 cassetes sonoros. Entrevista concedida ao projeto de pós-graduação em turismo. Caxias do Sul - RS.
- DURAND, J. C. G. Política e administração Cultural. Utilidade da experiência estrangeira para o Brasil. In: congresso de Administração pública e governança, 2004. **Política e administração Cultural. Utilidade da experiência estrangeira para o Brasil.** Rio de Janeiro: FGV, 2004. p. 01-12

FALCÃO, J.A. Política Cultural e democracia: a preservação do patrimônio histórico e artístico nacional. In: MICELI, S. (Org). **Estado e Cultura no Brasil**. São Paulo: Difel, 1984.

FEIJÓ, M. C. **O que e política cultural**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.

MICELI, S.(Org.). **Estado e cultura no Brasil**. São Paulo: Difel, 1984.

NASCIMENTO. M. C. M. **João, Manoel, Maciel Salustiano**: três gerações de artistas populares recriando os folguedos de Pernambuco. Recife: Associação Reviva, 2005.

ORTIZ, R. **Cultura Popular**: Românticos e Folcloristas. São Paulo: Olho d'água, 1990.

\_\_\_\_\_. **Cultura Brasileira & Identidade Nacional**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

PERNAMBUCO, **Diário Oficial** de 3 nov. 1967. Define a Política Estadual de Turismo, cria o Conselho Estadual de Turismo e a Empresa de Turismo de Pernambuco.

PERNAMBUCO, **Diário Oficial** de 23 abr. 1969. Institui a Fundação de Cultura da Cidade do Recife.

RABELLO ,E. **Ciranda**: dança de roda, dança da moda. Recife: Universitária, 1979

REZENDE, F. Estado, Turismo e Finanças Públicas. **Turismo em análise**, São Paulo, v. 2, n.1, 1991.

SOLHA, K.T. Evolução do turismo no Brasil. In: REJOWSKI, M. (Org.). **Turismo no percurso do tempo**. São Paulo: Aleph, 2002.

VICENTE, A. V. R. **Maracatu rural**: o espetáculo como espaço social. Recife: Associação Reviva, 2005.

VICENTE, T. R. O maracatu rural como ferramenta de estudo no turismo cultural, tendo como observatório o município de Nazaré da Mata-PE. In 7. Encontro Nacional de Turismo com Base Local, 7, 2003, Ilhéus. **O maracatu rural como ferramenta de estudo no turismo cultural**: tendo como observatório o município de Nazaré da Mata-PE. Ilhéus: Edítus, 2003. p. 278-282.

Campanha Pernambucana contra o turismo, combatendo o câncer da cultura popular. **Diário de Pernambuco**, Recife, 22 ago., 1978. Viver, p. B1.

**RECEBIDO**  
**REENVIADO**  
**APROVADO**